



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - LDO 2018

Às **09 horas** do dia **20 do mês de abril** do ano de **2017**, no plenário da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, estabelecido na praça Samuel Sabatini, nº 50, Centro, reuniram-se os munícipes e os vereadores. Todos com o objetivo de atender ao disposto no Artigo 48 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 referente aos instrumentos de transparência da gestão fiscal mediante a **audiência pública para a apresentação e discussão da LDO 2018**. Estiveram presentes os seguintes **vereadores**: Ana Nice, Ary de Oliveira, Bispo João Batista, Joilson Santos Carvalho, Josias Paz, Jorge Araújo, Lia Duarte, Pery Cartola, Ramon Ramos, Samuel Alves, Toninho Tavares e Pastor Zezinho Soares. O **Executivo Municipal** esteve representado pelas seguintes pessoas: José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças; Júlia Benício, Secretária de Governo; Geraldo Reple Sobrinho, Secretário de Saúde; João Abukater Neto, Secretário de Habitação; Suzana Aparecida Dechechi de Oliveira, Secretária de Educação; Luciano Eber Nunes Pereira; Secretário de Planejamento Urbano e Ação Regional; João Capistrano de Castro Neto, Diretor da Secretaria de Planejamento Urbano e Ação Regional; Pedro Antônio Aguiar Pinheiro, Secretário de Administração e Modernização Administrativa; Adhemar Moura Flores, Secretário Adjunto da Administração e Modernização Administrativa; Marcelo Augusto Andrade Galhardo, Diretor de Recursos Humanos da Secretaria de Administração e Modernização Administrativa; Alexander Mognon, Secretário de Esportes e Lazer; Eduardo Candotta, Chefe da Secretaria de Esportes e Lazer; Fernando Da Costa, Secretário de Transporte, Mirian Paz Martinez, Chefe de Seção da Secretaria de Transportes e Vias Públicas; Hiroyuki Minami, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo; Sadao Hayashi, Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Marcio Roberto Dias Barreira, Chefe de Divisão da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Carlos Alberto Garcia Romero, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Zilda Martos Romero, Gerente de Orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Camila Hatty Ribeiro de Macedo, Assistente de Diretoria da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Carlos Takeo Ishikawa, Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Eunice de Cássia Santos Pereira, Diretora da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Francisco Pizzo, Encarregado de Convênios da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Lara Secchiero Tabet Notte, Chefe de Divisão da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Francisco Maganha Segura, Diretor de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Urbanos; Mário Takata, Assistente Técnico Administrativo da Secretaria de Obras; Karina Zoratti, Agente Técnico de Obras da Secretaria de Serviços Urbanos; Matias José de Sousa, Diretor Departamento do Tesouro da Secretaria de Finanças, Rogéria Leite Soares Gomes, Diretora de Contabilidade e Controladoria da Secretaria de Finanças; Roseli Cândida dos Santos, Assistente de Diretoria da Secretaria de Finanças; Luís Fernando Passarin, Assistente de Diretoria da Secretaria de Finanças; Fabiana Rodriguez Martins, Diretora Departamento Receita da Secretaria de Finanças; Ana Letícia Matheus Nunes, Assistente Técnico Programação Tributária da Secretaria de Finanças; Fabiano Alessandro de Oliveira, Administrador da Secretaria de Finanças; Alcir Pirani, Assistente de Diretoria da Secretaria de Orçamento e Planejamento; Tatiana Moncayo Rebutti, Chefe de Seção da



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Secretaria de Orçamento e Planejamento; Cecília Lorena Viana Gomes, Encarregada da Secretaria de Orçamento e Planejamento; Cristiano Liberato, Secretaria de Orçamento e Planejamento; Celmo Melo, Economista da Secretaria de Orçamento e Planejamento; Moisés Pais dos Santos, Economista da Secretaria de Orçamento e Planejamento.

Representantes da Administração Indireta: Antônio Gilmar Giralini, Diretor Administrativo e Financeiro da SBCPREV; Henrique Aparecido Vicente, Contador da SBCPREV; Marcos Galante Vial, Diretor Superintendente da SBCPREV; Vanessa Silva Pereira, Analista Previdenciária da SBCPREV; Edson Barbosa Sobrinho, Diretor Previdenciário da SBCPREV; Rodrigo Gago Barbosa; Diretor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Milton Andrade, Contador da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Luis Pires de Paula, Diretor do Rotativo São Bernardo do Campo; Samuel Gomes Pinto, Diretor Presidente da Fundação Criança. **Assessores parlamentares:** Robson de Oliveira; Deise Gil Zoli.

Municípios presentes: Kayo Felipe Nachtasler Amado, Agente Legislativo, Câmara; Adair Alves de Souza, Aposentado; João Carlos de Almeida, Comerciante; Gilberto Batista, Servidor Público Estadual; Ronaldo C. de Albuquerque, Maçariqueiro; Marcos Fato, imprensa. O Presidente da Câmara Municipal, Vereador Pery Cartola, deu início aos trabalhos e convidou para comporem a mesa dos trabalhos: José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças; José Nivaldo Cardoso do Amaral, Diretor do Orçamento da Secretaria de Orçamento e Planejamento; Tatiana Moncayo Recubbi, Chefe de Seção da Secretaria de Orçamento e Planejamento. Em seguida, o Presidente da Câmara passou a palavra ao Secretário de Finanças que iniciou a sua fala destacando que o objetivo da audiência pública era divulgar a LDO 2018 e que a mesma estava respaldada na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Explicou que a LDO tem como base legal a Constituição Federal, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Portaria da STN. O Secretário esclareceu que o ciclo orçamentário abrange o Programa de governo, o PPA (próxima peça a ser elaborada), a LDO (que deverá ser entregue até o dia 29/4) e a LOA (que deverá ser entregue até o dia 15/10). Sendo assim, no exercício de 2018 deverá ocorrer a Execução orçamentária. Também, foi apresentado um quadro comparativo da LOA 2017 com a LDO 2018. O Secretário enfatizou que o governo tem sido crítico quanto ao valor previsto da LOA 2017 (R\$ 5,3 bilhões), argumentando que não seria possível arrecadar as receitas previstas nessa peça orçamentária. Justificou o valor da LDO 2018 (R\$ 5,4 bilhões) argumentando que em 2018 vencerá a concessão do transporte coletivo e, portanto, espera-se arrecadar R\$ 400 milhões com uma nova concessão. Após a explanação do ciclo orçamentário, foram apresentados os dados consolidados do município para a LOA 2017 e LDO 2018, tanto para a Administração Direta quanto para a Administração Indireta. O orçamento da Administração Direta (LDO 2018) está estimado em R\$ 4,8 bilhões enquanto que o orçamento da Administração indireta está estimado em R\$ 548,3 milhões. Foram detalhados os valores das Transferências financeiras do Tesouro para outras entidades – SBCPREV (R\$ 273,1 milhões), Câmara (R\$ 77,5 milhões), ETC (R\$ 11,3 milhões), Fundação Criança (R\$ 12,5 milhões) e Agência Reguladora (R\$ 1 milhão), totalizando R\$ 375,4 milhões. No que tange à projeção da receita, o Secretário explicou que foram utilizados dois indicadores com as suas respectivas variações esperadas para o próximo ano: IPCA-15 (4,5%) e PIB (2,3%). Destaca que o crescimento econômico esperado e o combate à sonegação podem impactar na arrecadação. Quanto ao financiamento da Administração Direta, tem-se: Tesouro: R\$ 3,098 bilhões; Transferências do Estado: R\$ 358,1 milhões; Recursos de Fundos: R\$ 68 milhões; União: R\$ 769 milhões; Parcerias: R\$ 6,5 milhões; Operações de crédito: R\$ 565,7 milhões (envolve CAF, drenagem), totalizando um orçamento de R\$ 4,8 bilhões. Quanto à Receita prevista da Administração direta, os valores para LDO 2018 (R\$ 4,8 bilhões) foram



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

detalhados da seguinte forma: Receita Tributária: R\$ 1,6 bilhão; Transferências Correntes: R\$ 1,6 bilhão; Demais Receitas Correntes: R\$ 573,2 milhões; Receita de Capital: R\$ 1,06 bilhão. Também, foi apresentado um quadro contendo os principais itens das Receitas do Tesouro. A estimativa de arrecadação de ICMS para 2018 é de R\$ 817,1 milhões e prevê uma queda de 15% em relação ao valor arrecadado em 2016 (R\$ 947,2 milhões); ISS (R\$ 592 milhões, valor maior que o arrecadado em 2016 por causa da intenção de implementação de política de sonegação fiscal); IPTU (R\$ 466,9 milhões); o IPVA se manteve. Juntamente com os demais itens de menor relevância, estima-se uma arrecadação total de R\$ 4,8 bi. Quanto aos dez principais itens de arrecadação, são destacados: ICMS (dependente do mercado, consumo, da economia), ISS (depende da gestão do fisco), operações de crédito; IPTU (depende da gestão do fisco), SUS, FUNDEB, IPVA, Taxas, IRRF, Dívida ativa. Deve haver reposição da inflação para o funcionalismo. O Secretário explicou a metodologia de cálculo do índice de participação do município no ICMS, detalhando a sua composição: Valor Adicionado (76%); População (13%); Receita Tributária (5%); Área Cultivada (3%); Área Inundada (0,5%); Área de preservação ambiental (0,5%), Percentual fixo (2%). O índice de participação do município no ICMS para 2016 foi estimado em 2,31 – o menor índice do ICMS ao longo dos últimos vinte anos (Em 1996 correspondia a 4,27). Por isso, foi projetada a arrecadação de ICMS de 2018 inferior à de 2016, estima-se uma queda de 15% no índice. Explica que se houver crescimento econômico, haverá crescimento do “bolo de arrecadação”. Também, detalhou-se o orçamento da Administração Indireta (LDO 2018): SBCPREV (R\$ 351,1 milhões); IMASF (R\$ 140,4 milhões); Faculdade de Direito (R\$ 37 milhões); Fundação Criança (R\$ 12,5 milhões) e Rotativo (R\$ 7,2 milhões). No que tange ao orçamento da Previdência Municipal, o Secretário explicou as fontes de receitas (R\$ 351,1 milhões): Contribuição dos servidores (11,6%); Contribuição patronal (20,2%); Fundo de reserva técnica (4,0%); Comprev (10,5%); Dívida/parcelamento (2,7%); Receitas Patrimoniais (4,4%); Reserva Técnica (1,3%), somando 54,7% das receitas. Quanto às transferências financeiras, destaca-se o aporte de recursos para complementar a receita da previdência (R\$ 290,4 milhões): PMSBC (42,6%); IMASF (0,8%); Faculdade de Direito (0,6%); Câmara Municipal (1,3%), representando 45,3% das receitas. Quanto às despesas da Previdência municipal (R\$ 641,5 milhões), destacam-se: Aposentadorias (69,93%); Pensões (12,8%); Outros Benefícios (0,01%); Custeio (1,15%); Reserva Atuarial (15,3%) e Reserva de Contingência (0,81%). Também, foi apresentado um quadro contendo o detalhamento do orçamento da SBCPREV, contendo os valores do Exercício 2016, LOA 2017, LDO 2018, LDO 2019 e LDO 2020. Quanto às categorias da despesa da Administração Direta, foram utilizados os valores de 2018 a 2020 para analisar a capacidade de investimento do município. Para 2018: Despesas Correntes (62,7%); Capital (37,1%); Reserva (0,2%). Explicou-se que o investimento deverá cair de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 947 milhões em 2019 e para R\$ 594 milhões em 2020, pois, nos anos 2018 e 2019 existe uma grande carga de financiamento para aportar as obras. Completando a explicação, o Secretário de Finanças argumentou que ao considerar apenas a fonte 01, o município não consegue investir mais que 10% ou 15%. No que tange à despesa por função de governo, foram destaques: Saúde (R\$ 1 bilhão); Educação (R\$ 938,3 milhões); Transporte (R\$ 1,089 bilhão); Urbanismo (R\$ 414,6 milhões); Habitação (R\$ 270,6 milhões); Administração (R\$ 230,3 milhões), Encargos Especiais (R\$ 257,4 milhões), Segurança Pública (R\$ 63,4 milhões), Assistência Social (R\$ 39,8 milhões); Desporto e Lazer (R\$ 30,4 milhões), Cultura (R\$ 21,9 milhões), Demais Funções (R\$ 95,6 milhões). Quanto ao financiamento da Administração Direta por fonte de recurso, foram destacados: Tesouro (60,6%); Transferência do Estado (8,0%); Fundos (1,5%); Transferência da União (17,1%); Parcerias



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

(0,1%); Operações de crédito (12,6%). No que tange ao financiamento dos investimentos da Administração Direta (LDO 2018), para um total de R\$ 1,5 bilhão, são destacadas as seguintes as fontes de recursos: Tesouro (36,7%); Estado (1,9%); Fundos (0,4%); União (23,4%); Parcerias e Operações de Crédito (37,7%). Quanto à evolução da dívida fundada, o Secretário explicou que em 2008, a dívida era equivalente a R\$ 283,4 milhões e a dívida por habitante correspondia a R\$ 345,00. Já em 2016, o endividamento foi multiplicado por 5,5 vezes a dívida de 2008, somando R\$ 1,18 bilhão (R\$ 1.437,00 por habitante). O Secretário atribuiu esse endividamento às obras iniciadas na gestão anterior e lembra que as mesmas não foram concluídas. Quanto às despesas com pessoal, no exercício de 2016, o município comprometeu 32,26% da Receita Corrente Líquida. A LOA 2017 previa 30,20% de comprometimento e a LDO 2018 estima o comprometimento de 28,63% da Receita Corrente Líquida. Foi realizado o detalhamento das despesas com pessoal por fonte (LDO 2018): R\$ 1,069 bilhão. Nesse cálculo estão previstos o crescimento vegetativo de 0,5% (concursos) e, também, o reajuste salarial de 3% por causa da inflação, a depender da arrecadação e do comportamento da economia. A aplicação constitucional na Educação está prevista na ordem de R\$ 626,7 milhões. Há previsão de que se gaste 1,67 pontos percentuais acima da aplicação obrigatória (25%). Com relação à previsão de gastos com merenda escolar, tem-se: R\$ 88,1 milhões programados, sendo R\$ 35,7 milhões advindos do Tesouro e R\$ 52,3 milhões da União. Quanto à aquisição de uniformes e mochilas, aproximadamente R\$ 18 milhões estão programados com recursos do Tesouro. Com relação aos convênios e parcerias, estima-se R\$ 33 milhões (25%) e para Transporte Escolar, a previsão é de R\$ 42,8 milhões. Na Saúde, há expectativa de que se gaste 22,3% - acima da aplicação obrigatória de 15% - o que representa \$ 376 milhões de despesas. Foram detalhados os gastos com Saúde por cada um dos programas existentes. Para a manutenção dos hospitais (HMU, Anchieta, Clínicas e Pronto Socorro) estão previstos R\$ 384,4 milhões. Também, foram apresentados os valores das principais ações conforme as Secretarias, destacando: Gabinete do Prefeito: R\$ 835 mil; Secretaria de Chefia de Gabinete: R\$ 108 mil; Secretaria de Governo: R\$ 15 mil; Secretaria de Assuntos Jurídicos e Cidadania: R\$ 78 mil; Secretaria de Finanças: R\$ 22,3 milhões; Secretaria de Obras: R\$ 51 milhões; Secretaria de Serviços Urbanos: R\$ 328,6 milhões; Secretaria de Educação: R\$ 332 milhões; Secretaria de Saúde: R\$ 928,9 milhões; Departamento de Planejamento Estratégico e Orçamento: R\$ 300 mil; Secretaria de Habitação: R\$ 263,8 milhões; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo: R\$ 2,9 milhões; Secretaria de Esportes e Lazer: R\$ 14,9 milhões; Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania: R\$ 25,3 milhões; Secretaria de Segurança Urbana: R\$ 7,8 milhões; Secretaria de Comunicação: R\$ 13,4 milhões; Secretaria de Transportes e Vias Públicas: R\$ 1 bilhão; Procuradoria Geral do Município: R\$ 1,5 milhão; Secretaria de Planejamento Urbano e Ação Regional: R\$ 11 milhões; Secretaria de Gestão Ambiental: R\$ 2 milhões; Secretaria de Administração e Modernização Administrativa: R\$ 1,1 bilhão; Secretaria de Cultura: R\$ 8,8 milhões; Secretaria de Coordenação Governamental: R\$ 14 mil; Encargos Gerais do Município: R\$ 276,7 milhões. Total da Administração Direta: R\$ 4,4 bilhões. Total da Administração Indireta: R\$ 923,7 milhões. Total Geral Consolidado: R\$ 5,4 bilhões. O Secretário de Finanças finaliza a sua apresentação lembrando que o projeto de lei da LDO estará disponível no Portal da Transparência que poderá ser acessado pelo seguinte *link*: <http://www.saobernardo.sp.gov.br/>, a partir do dia 1º/05/2017. O mesmo faz os agradecimentos à equipe. O Vice-Presidente Pastor Zezinho Soares assumiu a continuidade dos trabalhos por causa da ausência do Presidente da Câmara Pery Cartola e concedeu a



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

oportunidade para os presentes fazerem as devidas perguntas. Em seguida, apresentam-se os principais questionamentos e as respectivas respostas.

VEREADOR TIÃO MATEUS: questiona o Secretário de Finanças sobre a expectativa com relação à arrecadação de recursos. Segundo o mesmo, a economia dá sinais claros de recuperação e a cidade de São Bernardo do Campo arrecadaria mais recursos. Também, foi questionada a questão da regularização fundiária. Indaga: quais seriam as regiões que passariam por esse processo? Argumenta que existe uma demanda grande no Grande Alvarenga. Questiona sobre o valor previsto no orçamento para essa região. Quanto ao valor de R\$ 1 bilhão previsto no orçamento para mobilidade, esse montante estaria contemplando os três corredores? Também foi dito que existe um problema sério em transportes na cidade. Com relação ao Hospital de Clínicas, o Vereador questionou se há valores previstos para expandir esse hospital de complexidade. Também, foi questionado o valor para construir o Hospital de Urgência e Emergência. A situação do IMASF e a aposentadoria dos servidores também foram questionadas. Foram realizados comentários sobre empréstimos, convênios e a parceria com a Caixa Econômica Federal. O Vereador finaliza suas indagações questionando sobre o valor da parceria com o Governo Federal?

SECRETÁRIO DE FINANÇAS, JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Em resposta ao Vereador Tião Mateus, o Secretário diz que se prevê uma recuperação pequena para este ano e ela deve se acentuar no ano que vem com o PIB aumentando 2,5% no ano que vem. Além do crescimento, o governo também está contando com o combate à sonegação. Quanto ao IMASF, o Prefeito também está preocupado com essa questão, pois, já foram realizadas três reuniões na busca de alternativas para equacionar o déficit do IMASF. Finaliza a resposta dizendo que o governo está buscando alternativas para que IMASF volte a ser um instituto saudável.

VEREADORA ANA NICE – Questiona a queda de 15% do ICMS diante da previsão de aumento do PIB de 2,5%. Comenta que o orçamento da Saúde está estimado em mais de R\$ 1 bilhão e indaga se há previsão para as especialidades médicas, destacando a importância de melhorá-las. Com relação à Educação, questiona se há previsão de aumento do número de vagas nas creches, pois, a demanda é grande. A Vereadora finaliza as suas questões comentando sobre o fato de que o governo tem anunciado que em cem dias de administração houve economia de R\$ 1 milhão por dia e questiona sobre o destino dessa economia.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS, JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Em resposta à Vereadora Ana Nice com relação à arrecadação, comenta sobre o Índice de Participação dos municípios e confirma a expectativa de que o índice deverá cair em 15%. Diante disso, explica que está prevendo esse mesmo percentual de queda na arrecadação do ICMS, para pouco mais R\$ 800 milhões em 2018.

PRESIDENTE DO SINDSERV, JOSÉ RUBEM NASCIMENTO LOPES – Questiona sobre o Corredor Leste-Oeste, obra financiada pelo FGTS, CAF e parte do BID. O mesmo quis saber qual era o impedimento para a liberação desses recursos, uma vez que foi uma obra já iniciada, autorizada e financiada. Sobre habitação, questiona sobre a previsão de construção de unidades habitacionais anuais uma vez que há um déficit muito grande, mais de trinta mil pessoas vivendo em área de risco. Quanto ao Hospital de Urgência, obra 100% financiada pelo BID, questiona se está previsto nesse orçamento. Indaga: qual é a previsão de iniciar essa obra? Sobre a dívida do município, questiona o endividamento, o comprometimento do município. Pergunta sobre a previsão de repasse do governo estadual. Finaliza a sua fala questionando o total que se gasta com dívida fundada em relação ao orçamento.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

SECRETÁRIO DE FINANÇAS, JOSÉ LUIZ GAVINELLI – As obras realmente são financiadas com recursos do BID, CAF. As obras estão nessa situação (parada) porque já foi usado o recurso e a contrapartida não foi dada. O CAF vem para complementar essa contrapartida. Hoje não conseguiríamos financiamento da Caixa, pois a administração foi além do ponto correto, estourando a capacidade de endividamento interno.

PRESIDENTE DO SINDSERV, JOSÉ RUBEM NASCIMENTO LOPES – Disse que acompanha a LDO e não notou um crescimento do gasto com pessoal, o que preocupa muito. Questiona se será mantido o percentual de 30 e 31% de despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida. Argumenta que isso significa que não haverá valorização do funcionário conforme preconizado na campanha, pois, não há previsão de aumento de gasto com funcionário público.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS, JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Em resposta ao Presidente do Sindserv, disse que existe a previsão de um crescimento vegetativo de 0,5% e a previsão de reposição da inflação de 3%, vínculo com o crescimento da receita do município. Pela situação que o município passa, pode se vangloriar, pois, está honrando todos os seus compromissos. Em momento algum realizou algum tipo de atraso tanto em relação aos fornecedores quanto em relação ao pagamento de salários. Há negociação com o sindicato e um grande esforço. Não há solução para R\$ 80 milhões de déficit. Um reajuste acima da inflação e que a receita não comporte, possibilitaria o atraso no pagamento de salários e dos fornecedores. O Prefeito tem carinho e admiração para com o funcionalismo e a receita permitindo, ele trará benefícios para a categoria. Em resposta à Vereadora Ana Nice, disse que a economia de R\$ 100 milhões obtida neste ano foi utilizada para pagar as contas. Argumenta que a atual administração assumiu em janeiro de 2017 com um déficit de R\$ 200 milhões. Ainda existe um déficit de R\$ 70 milhões previsto para este mês. A economia é para colocar a casa em ordem. Em 2016, o município gastou com Amortização da dívida o equivalente a 5% Receita Corrente Líquida. Destaca que houve necessidade de reprogramar os pagamentos dessa dívida para não ficar muito próximo do limite.

SECRETÁRIO DE TRANSPORTE, FERNANDO DA COSTA – Em resposta ao Presidente do Sindserv, argumenta que passou três meses corrigindo contratos na secretaria. Os processos estavam parados desde outubro e a Caixa Econômica Federal estava esperando esses processos em Brasília. Entre os cinco grandes contratos, alguns serão encaminhados para a Procuradoria Geral do Município para reprogramação. As obras estão em andamento, entre elas, o Terminal Alves Dias, o Corredor Alvarenga, o Corredor João Firmino e o Corredor Rudge Ramos. O contrato do Corredor Leste-Oeste está parado, é um problema do passado quando se tentou um aditivo de 21,6% em cima desses contratos e proposta uma redução de 6,3%, cortando do objeto do contrato, 20%. Defende que o comportamento foi uma esperteza que não deu certo e a população está pagando por isso. O Ministério das Cidades disse que a atitude é inadmissível e devolveu o contrato e teve que começar tudo de novo e que deve ficar regularizado em 20 dias. Os projetos para o ano que vem estão andando bem. Quanto aos projetos do BID, todos estão andando. Eles ficaram parados pelo mesmo motivo, replanejamento. Não foi feito, não foi aceito. Havia o risco do BID não financiar mais os corredores, no entanto, hoje isso já está equalizado. Estão em andamento os corredores: Castelo Branco, São Pedro, Rotary e Terminal Batistini. Reforça que todos os contratos estão em andamento.

SECRETÁRIO DE SAÚDE, GERALDO REPLE – Em resposta ao Vereador Tião Mateus e ao Presidente do Sindserv sobre o Hospital de Urgência, disse que o BID tinha feito uma proposta inicial, sendo R\$ 50 milhões do BID e R\$ 50 milhões da prefeitura. Por isso, a administração recuou um pouco em relação ao andamento das obras do Hospital. O governo



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

está aguardando algumas licenças, toda a área está cercada, previsão de três anos no máximo de um novo hospital. Há outras obras no pacote do BID. O Hospital de Clínicas funciona com apenas 40% da capacidade, 110 leitos. Não tem dinheiro para ampliar a atenção. Parceria com o governo do Estado, espera novidades em breve com relação a isso. A administração está abrindo alguns serviços, pois, o orçamento é de R\$ 100 milhões e para funcionar a pleno, precisaria R\$ 200 milhões por ano, precisa de fontes de custeio para funcionar a pleno. Além disso, o Hospital de Clínicas tem sérios problemas estruturais, todo o piso precisará ser trocado. Já foram trocados 30% e faltam 70% para trocar. Ainda nesta semana, em contrato com a Uninove foi acertada uma contrapartida em que a mesma financiará a troca do piso. Precisa fazer essa reforma para que o Hospital funcione. Em resposta à Vereadora Ana Nice sobre aumento de especialidades, todas as demandas reprimidas (em torno de 80 mil entre exames e consultas) estão sendo atendidas com o Programa Saúde Prioridade e pretende zerar a fila de espera em 120 dias. Será necessário contratar funcionários para zerar a fila. Foram contratados oitenta médicos nesses três meses.

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SUZANA APARECIDA DECHECHI DE OLIVEIRA – Em resposta à Vereadora Ana Nice, comenta sobre a captação de recursos junto ao FNDE governo federal e FNDE junto ao governo estadual. Independente disso, existem duas creches inacabadas porque o governo anterior deixou de pagar a empresa e a mesma também está com problemas no Tribunal de Contas. As demais, cinco creches foram entregues com apenas 50% da capacidade. Estão prevendo para 2018 recurso com imobiliário e mão de obra para ajustar os equipamentos. Por conta do Programa Educar Mais estão visitando escolas. A escola Olegário, que fica na Avenida Tiradentes e atende desde creche até fundamental, está com 24 salas de aula vazias. Fazendo adequações para atender no segundo semestre e no próximo ano.

SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO, JOÃO ABUKATER NETO – Habitação tem um papel importante na vida das famílias, mas para isso precisa de transporte, saúde e educação. Orçamento pequeno perto dessas secretarias. Cidade irregular é uma cidade não desenvolvida. País irregular é um país não desenvolvido. Não existe país desenvolvido com unidade irregular. Regularização como patrimônio da União. Cada unidade regular representa uma injeção de R\$ 100 mil na economia. Pensando numa empresa, tudo o que é irregular é passivo e tudo o que é regular é ativo. Orçamento para regularização fundiária R\$ 6 milhões que inclui investimento em infraestrutura. A regularização fundiária será priorizada nas áreas de intervenção com financiamento da União e do Estado, onde tem PAC, haverá prioridade. Se for aprovada a Medida Provisória em trâmite no Congresso, haverá recurso no ano que vem através do Fundo Nacional de Regularização Fundiária está sendo criado. Não é possível a construção de unidades habitacionais sem os recursos da União, do Estado e do Município. Terreno mais obras. Por isso tem Casa Paulistana, fundo paulista e dinheiro do Ministério da Cidade, Minha Casa Minha Vida. Previsão de 1500 unidade para 2018, 3.000 unidades para 2019 e 4500 unidades para 2020. Segundo o Secretário, havendo recursos, a produção será maior. A produção habitacional no município está vinculada à produção do PAC. Após os agradecimentos, o Vereador Pastor Zezinho Soares declarou encerrados os trabalhos.